

cadernos

IHU

ideias

O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais

Marcelo Henrique Santos Toledo



**O impacto da plantação
extensiva de eucalipto
nas culturas tradicionais:
Estudo de caso de
São Luís do Paraitinga-SP**

Marcelo Henrique Santos Toledo

ano 10 • nº 167 • 2012 • ISSN 1679-0316

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo

Jacinto Aloisio Schneider

Cadernos IHU ideias

Ano 10 – Nº 167 – 2012

ISSN: 1679-0316

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Dr. Marcelo Leandro dos Santos – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Dra. Susana Rocca – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Adriano Naves de Brito – Unisinos – Doutor em Filosofia

Profa. Dra. Angélica Massuquetti – Unisinos – Doutora em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade

Prof. Dr. Antônio Flávio Pierucci – USP – Livre-docente em Sociologia

Profa. Dra. Berenice Corsetti – Unisinos – Doutora em Educação

Prof. Dr. Gentil Corazza – UFRGS – Doutor em Economia

Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel – UERGS – Doutora em Medicina

Profa. Dra. Suzana Kilpp – Unisinos – Doutora em Comunicação

Responsável técnico

Marcelo Leandro dos Santos

Revisão

Isaque Gomes Correa

Editoração

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

www.ihu.unisinos.br

O IMPACTO DA PLANTAÇÃO EXTENSIVA DE EUCALIPTO NAS CULTURAS TRADICIONAIS: ESTUDO DE CASO DE SÃO LUÍS DO PARAITINGA-SP

Marcelo Henrique Santos Toledo

Introdução

O interesse, ao se propor um texto tendo como referencial de análise principal a presença cada vez mais atuante da monocultura do eucalipto no município de São Luís do Paraitinga-SP, justifica-se principalmente em virtude da região do Alto Vale do Paraíba se apresentar como centro importante de investigação de religiosidade popular, contando com diversas manifestações religiosas em seu vasto calendário anual, o que possibilita a manutenção de registros variados de devoção. Entre as manifestações religiosas mais importantes praticadas na zona rural do município destacam-se as celebrações direcionadas a Santos Reis, Folia do Divino, os grupos de motivação religiosa – a exemplo do moçambique e congada – e o jongo, além da cavalhada, que, sempre presentes nas festas rurais anualmente comemoradas junto aos santos de fé e devoção, representados no padroeiro da comunidade, demonstram um sincretismo entre as culturas africanas e europeias.

Muito embora tais manifestações religiosas e registros de devoção já tenham sido pesquisados e analisados por alguns cientistas sociais, a exemplo de Carlos Rodrigues Brandão e José Rogério Lopes, creio que nenhum deles associou o desmantelamento atual da cultura tradicional religiosa ao processo de globalização, tendo como expoente os plantios indiscriminados de monocultivos de eucalipto, o que incentiva o êxodo rural de pequenos agricultores familiares devido à inviabilização econômica de seus negócios. Destituídos de uma base econômica sólida, sua única solução é migrar para os arredores da cidade. Sem gente e/ou pessoas no espaço rural, a tradição religiosa/festiva aos poucos vai diminuindo até acabar por sua completa extinção.

Surgimento de São Luís do Paraitinga

A ocupação oficial das terras dos sertões do Paraitinga se fez a partir do ano de 1769 por intermédio de uma imposição institucional, legitimada através de doações de terras do sistema sesmarial.¹ De outro lado, a ocupação também se fez de forma proscria por intermédio de posseiros que, com o passar dos anos, tornaram-se seus legítimos donos transformando-se em sitiantes autônomos que formariam a base do campesinato caipira; outros (a maioria) são expulsos, ou então, na melhor das hipóteses, têm suas antigas posses incorporadas por um sesmeiro mais opulento e passam a viver nelas como agregados. O sistema de sesmaria perdurou até o ano de 1822 e, dessa data até o ano de 1850, a terra poderia ser ocupada por qualquer trabalhador livre. Com o advento da lei n. 601, de 18 de setembro de 1850 (a Lei de Terras), o acesso a terra só seria permitido para quem tivesse dinheiro para comprá-la, ou seja, tornando-se inacessível para a maioria dos trabalhadores livres. Segundo Martins (MARTINS apud RODRIGUES, 1991, p. 18), “a terra tornou-se uma mercadoria do modo de produção capitalista. Uma mercadoria que tem um preço só acessível a uma determinada classe”.

Por se tratar de um município antigo, fundado ainda no período colonial, São Luís do Paraitinga teve o seu desenvolvimento econômico até as primeiras décadas do século XIX quase sempre atrelado a uma produção agrícola, de gêneros alimentares básicos de subsistência, a exemplo do feijão, milho, mandioca, algodão e arroz, além da criação de porcos e também da prática de caça e pesca. O tabaco era plantado não só para o pito, mas o excedente era negociado serra abaixo junto a comerciantes da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Parathy, além da cana, da qual se fabricava aguardente para alguns moradores de condição econômica um pouco mais privilegiada. Segundo Casal (CASAL apud PETRONE, 1955, p. 314), o quadro econômico permaneceu restrito, auto-suficiente e pobre, o que não poderia justificar maior desenvolvimento do núcleo. Permaneceu “Vila Medíocre”.

Segundo o pesquisador Milliet, é atribuído às vilas de Ubaituba e São Luís do Paraitinga o pioneirismo da introdução do café na província de São Paulo.² Essa afirmação é contestada pelo historiador Alves Motta Sobrinho que, em seu livro *A civilização do café*, afirma que não se deve conferir a essas localidades a designação de primeiros produtores de café (cf. MOTTA SOBRINHO, 1978:24). No entanto, podemos apontar com segurança que a partir década de 1830, e de forma mais acentuada

1 Concessão de terras empregada no Brasil colonial, pelo governo português, para glebas cedidas a particulares, com o intuito de desenvolver a agricultura. Ao mesmo tempo, servia para povoar o território.

2 MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*, p. 15 e 36.

na década de 1840, a produção de café passa ter característica de mercado.

No ano de 1836, segundo Muller³ (apud SAIA; TRINDADE, 1977, p. 16), Paraitinga possuía três importantes fazendas de café cuja produção era orçada em 16.200 arrobas, considerada pequena, se comparada com a produção do município de Bananal, que à mesma época produzia quase 600 mil arrobas. Porém, predominavam ainda muitos sítios voltados para a produção de gêneros alimentares básicos. Ainda segundo Muller, no ano de 1854 Paraitinga produziu 41.000 arrobas de café, chegando ao ápice de sua produção. Nessa época, sua população era estimada em cerca de 10.000 mil habitantes, entre gente livre e escravos.

O surgimento da cafeicultura no Vale do Paraíba, mesmo que timidamente, vai estimular o desenvolvimento de São Luís do Paraitinga, fazendo surgir famílias importantes que constituirão a aristocracia local. O período do café deixou fisicamente um expressivo patrimônio histórico e arquitetônico, representando em diversas igrejas, capelas e sobrados, além de suntuosas sedes de fazendas em sua área rural. Cronologicamente podemos definir o período de prosperidade econômica de São Luís do Paraitinga a partir do ano de 1836, indo até o ano de 1900. Nesse período, a população cresce demograficamente e vai atingir o número de 30 mil habitantes, quando começa a regredir.

Porém, é somente a partir dos anos de 1920 que as terras de Paraitinga, cansadas e desgastadas pelo intenso ciclo do café, vão atrair compradores de fora, já que a maioria dos trabalhadores da região, descapitalizados com o café, não possuía renda para tanto. Esses forasteiros, em sua grande maioria, são provenientes de uma região identificada como Sul de Minas.

Segundo Lopes, findado o ciclo do café, ao retornarem à produção e à posse de terras, há uma redistribuição ou reorganização da ocupação. Em 1920, havia em São Luís do Paraitinga 268 propriedades rurais. Quatorze anos depois, elas são 1.240 (Brandão, 1988 apud Lopes. 1994:146) Esclarecemos que o aumento do número de propriedades não se deve exclusivamente à fragmentação devida à inevitável herança divisível, mas está associado também ao aumento da área territorial do município, com a reanexação da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Lagoinha, que passa a pertencer novamente ao município de

3 *Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo – S. Paulo 1838.*

São Luís do Paraitinga, desmembrando-se definitivamente no ano de 1953.⁴

A pecuária vem ocupar o espaço das antigas fazendas monocultoras de café. O ano de 1918 pode ser considerado como o marco final do declínio da cafeicultura no município, quando uma forte geada arrasa com os cafezais remanescentes, ainda resistentes. Segundo Pasquale: “a queda do ano agrícola 1918/1919 para 1919/1920 foi brutal. Em um ano, foram abandonados cerca de 1.200.000 pés de café. E a decadência prossegue nos anos posteriores” (PASQUALE, 1955, p. 236).

Um exemplo dessa ocupação é o do senhor Antonio dos Santos Neto, natural de Itajubá. Atraído pelo baixo valor comercial das terras de Paraitinga no ano de 1919, adquire uma propriedade com 365 alqueires, ou então 890 hectares, no bairro do Rio Abaixo. A propriedade pertenceu originalmente ao senhor de Antonio de Toledo Leme. Com uma produção de atividades variadas, planta cereais, entre eles o milho e o feijão, cria gado suíno e também pratica o extrativismo (vende madeira nobre, tipo cedro e jatobá, que se encontra em abundância em seu terreno). Nesse tempo, existiam ainda grandes reservas de matas nativas no interior das fazendas. Santos Neto também pode ser considerado um dos grandes precursores no incentivo à introdução da pecuária no município, pois em sua fazenda existiam muitas cabeças de gado.

A vinda do Sr. Santos Neto vai favorecer ou estimular a formação de uma rede de transferência entre sujeitos que, embora de estados diferentes, são todos de regiões caracteristicamente semelhantes e com estilos de vida, trabalho e cultura muito próximos e possíveis de serem definidos como oriundos da mesma vaga de ocupantes caipiras que se espalharam pelo Vale do Paraíba e as serras que o margeiam (LOPES, 1994).

Quase uma década após a chegada do Sr. Santos Neto, registramos a vinda dos sul-mineiros Álvaro Pereira Lima e Silvino Pereira Machado. No ano de 1928, eles adquirem de Ana Maria de Campos, viúva do capitão Teodoro Pereira de Campos Coelho, importante propriedade outrora produtora de café e aguardente no bairro do Rio Claro. Na aquisição dessa fazenda percebe-se a transição de forma clara e definida de um modelo de produção baseado no cultivo da terra para a pecuária leiteira.

4 Lagoinha nasceu à margem do caminho dos tropeiros que transportavam café da região para o porto de Ubatuba. A doação de patrimônio para a construção de uma capela em louvor à Nossa Senhora da Conceição, em 1863, deu início ao povoado, elevado a vila em 1880, com o título de Lagoinha. Este nome se deve a uma pequena lagoa a qual, segundo a história, localizava-se sob o atual mercado municipal. Surge no período de maior crescimento urbano da região, na época do café. Em 1900, torna-se município pela primeira vez, porém devido ao atraso econômico e à baixa população, volta à condição de distrito em 1934. Em 1953, torna-se cidade. Com o fim do plantio do café, o município passou a viver da agricultura e pecuária, preservando várias características do tempo do café, inclusive culturais, como a festa do Divino Espírito Santo.

ra. Álvaro e Silvino contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento da produção de leite no município, atividade que se mantém até os dias hoje sendo praticada na fazenda, só que em escala reduzida.

Apesar de Santos Neto ser um dos precursores da entrada da pecuária no município, é somente a partir dos anos 1940 que realmente a produção se tornará significativa, com a chegada de um contingente muito expressivo de mais famílias mineiras que vão se estabelecer preferencialmente nos bairros de Santa Cruz do Rio Abaixo e Bom Retiro. O aumento da criação de gado visando à produção de leite praticado pelos migrantes mineiros força a melhoria e, conseqüentemente, a abertura de mais estradas vicinais necessárias para permitir a entrada dos caminhões que passam a fazer o recolhimento do leite até a sede dos laticínios. Dessa forma, muitos bairros vão se tornando menos isolados e aos poucos Paraitinga vê reativada a sua economia com uma produção em grande escala para o mercado consumidor do Vale do Paraíba, tanto que algumas empresas de beneficiamento de leite instalam-se em São Luís do Paraitinga, como a Embaré e a Vigor. O auge da produção de leite deu-se nos anos 1950 e 1960, momento em que São Luís do Paraitinga se constitui numa das principais bacias leiteiras do Vale do Paraíba.

A chegada dos mineiros influenciou, e até mesmo modificou, as relações não apenas econômico-políticas ou territoriais, mas também socioculturais da comunidade de São Luís do Paraitinga, com a introdução da catira e da quadrilha junina, até então desconhecidas para os luisenses, além de enriquecer outras festas já tradicionais, como a de Santos Reis (LOPES, 1994).

O eucalipto em São Luís do Paraitinga

O eucalipto chegou a Paraitinga logo no início dos anos 1970, auge do regime ditatorial, através da generosa política de incentivos fiscais do governo militar. Até então o município vivia quase exclusivamente da produção agropecuária, com diversas fazendas de produção de leite. Os anos 1970 marcam também um processo de evasão da população rural, que se desloca para os centros urbanos.

A porta de entrada foi a aquisição de uma grande fazenda de produção agropastoril pela empresa Cia. Suzano, junto ao Sr. Joaquim Ribeiro de Almeida (Zinho Mineiro). No território da fazenda do Sr. Joaquim conviviam mais de 50 famílias agregadas que se dedicavam a uma policultura de alimentos, criação de porco e pecuária. Sr. Joaquim é natural de Rio Preto, região próxima a Juiz de Fora-MG. No município de Rio Preto, antes da migração, seu pai era dono de um sítio pequeno de 15 alqueires. O sítio foi vendido e o dinheiro empatado na aquisição de

terras em Paraitinga. Juntamente com os seus pais e irmãos, depois de uma grande epopeia, desembarcaram em uma estação de trem, na cidade de Taubaté, e chegaram a São Luís do Paraitinga no ano de 1929, sendo transportados em carroças e carros de boi.

Na década de 1950, o Sr. Joaquim viria a ser não só um dos maiores proprietários de terra, mas também político influente e um dos mais respeitados fazendeiros no município. A área de sua fazenda foi estimada em 1.000 alqueires. Ele justificou a venda da propriedade devido à instabilidade do mercado e às relações de ordem trabalhista com alguns empregados que, ao saírem, exigiam indenização e o dinheiro que a firma ofereceu.⁵⁶

Muitos dos que trabalhavam na fazenda de pecuária venderam sua força de trabalho para a empresa de eucalipto Cia. Suzano, porém deixaram de residir no espaço rural e se mudaram para a periferia da cidade. Vinham para o local de trabalho em veículos contratados pela firma, caminhões do tipo pau de arara. Contudo, com o passar do tempo, não se adaptando ao seu rígido sistema empresarial, abandonaram o novo emprego e aqueles que tentaram voltar encontraram o sistema agropecuário totalmente desmantelado.

Muitos dos trabalhadores “caipiras” foram submetidos a trabalhos em condições que se podem dizer degradantes quando faziam o “batimento” de agrotóxicos, entre outras atividades. No início dos plantios de eucalipto (anos 1970), os trabalhadores não possuíam equipamentos adequados, como botas, macacões, máscaras e luvas, que não eram fornecidos pela empresa e muitos trabalhavam descalços, como se estivessem limpando suas hortas.

Hoje, muitos apresentam sequelas consideradas irreversíveis do tempo em que trabalharam nas plantações de eucalipto. Problemas na coluna cervical, outros perderam a mobilidade dos braços, devido aos movimentos repetitivos, como desbastar árvores de eucaliptos utilizando o facão, ou podão, devido ao fato de que no início dos plantios (ano de 1970) e a motosserra era ainda pouco utilizada. Outros trabalhadores ainda apresentam problemas estomacais, como gastrites, úlceras e até mesmo câncer.

O bairro do São Caetano tem quase 20 km² de sua superfície coberta por fazendas de plantios de eucalipto. Juntamente com o bairro do Pico Agudo, são os que apresentam menor densidade demográfica de habitantes por km². No ano de 2007, a Prefeitura Municipal de São Luís do Paraitinga inaugurou no bairro o núcleo escolar municipal Joaquim Ribeiro de Almeida (homenagem ao antigo dono), construído dentro da fazenda

5 Depoimento oral do Sr. Joaquim Ribeiro de Almeida. Maio de 1994, registro Fita 01, lado A.

Cachoeirinha, pertencente à Cia. Suzano de Papel e Celulose, que cedeu um hectare de terra à prefeitura para esse fim. A escola começou a funcionar no ano seguinte, porém o número reduzido de estudantes matriculados não justificava o investimento da sua construção e para que ela não fechasse a prefeitura manda buscar alunos (as) no bairro dos Pimentas, que dista apenas 3 km do centro da cidade. Vemos aí uma grande incoerência e desperdício de dinheiro público. Essa estratégia para não fechar a escola gerou e ainda gera revolta de muitas mães, pois seus filhos (crianças e adolescentes) passam pela cidade em transportes coletivos fornecidos pela prefeitura em frente à uma escola municipal e tem que percorrer ainda mais 10 km, até a sede da escola acima citada para poderem estudar.

A ideia de construir escolas na zona rural é bem vinda, desde que a administração pública valorizasse a cultura “caipira”, camponesa, a sua identidade, o meio ambiente, a natureza, e que se desenvolvessem currículos específicos à sua realidade, assim como políticas de permanência do homem no meio rural. Mas a construção simplesmente de uma escola no meio de uma plantação uniforme de eucalipto, em um bairro onde não existem mais moradores (expulsos pelo advento da monocultura do eucalipto), é de causar no mínimo estranheza.



Figura 1 – Escola municipal construída dentro de uma fazenda de eucalipto da Cia. Suzano de Papel e Celulose.

Foto de Marcelo Toledo, 2007.

Os impactos na cidade

Sem dúvida que a chegada de grandes empresas capitalistas do ramo da celulose provocam a exclusão social de uma grande massa de pequenos agricultores familiares que, sem condições de permanecer na roça, se deslocam para a cida-

de vindo a engrossar o exército de reserva de mão de obra. Na cidade a situação piorou. Na zona rural, tinham suas casas, trabalho, terra para plantar e provisão, fornecida pelo dono da fazenda. Agora, não têm mais. A lógica de sobrevivência é outra. Por serem famílias consideradas de baixo padrão aquisitivo, suas casas são precárias e os serviços de infraestrutura urbana, onde se estabeleceram, são inexistentes ou então ineficientes, como é o caso do tratamento de esgotos, entre outros meios de eliminar de forma adequada dejetos humanos.

Um bairro que serve como exemplo é o Morro do Cruzeiro,⁶ que abrigou boa parte da população que migrou da zona rural para a cidade. Ex-lavradores e trabalhadores em fazendas de produção de leite, que foram expulsos com o advento da monocultura do eucalipto. Ali encontramos muitas famílias vivendo em espaços reduzidos, apertados, sendo que suas casas foram construídas em terrenos perigosos, sujeitos a desmoronamentos, e o material das construções é geralmente precário e de baixa resistência. O problema ficou muito evidente logo após a enchente e chuvas do início do ano de 2010. Nesse local, diversas casas não resistiram à força das chuvas e vieram a desabar; outras não desabaram e apresentavam boas condições estruturais, mas segundo avaliação de técnicos da Defesa Civil, por se situarem em áreas de risco elas foram demolidas pelo poder público municipal e as famílias reassentadas em outro local, distante do centro. Diversas famílias foram forçadas a assinar um documento autorizando a demolição de suas casas sem direito a questionamentos. Houve caso de casas que não apresentavam problema algum e foram derrubadas, para dar lugar à entrada de máquinas e equipamentos para se fazerem muros de contenção. É evidente que o direito à moradia não foi respeitado pela administração pública. Não houve conversa nem diálogo, mas sim imposição e autoritarismo.

Tudo leva a crer que pode estar havendo um processo de limpeza e higienização que não para por aí, pois a administração pública já manifestou interesse em demolir mais 75 casas no mesmo bairro. Ou seja, mais 75 famílias serão removidas para local que ainda ninguém sabe. Para tanto, a prefeitura municipal começa a procurar terrenos considerados por ela apropriados para a construção de mais cem habitações populares. Por trás dessa estratégia de remoção, fica latente a intenção de a administração pública querer limpar o “morro do Cruzeiro” em vista dessa localidade compor de forma inexorável a sua paisagem urbana. Trata-se de um aglomerado de casas, feitas

6 Tem esse nome devido ao fato do padre jesuíta Bartolomeu Todolei, que pregou missão na paróquia, ter levantado o Cruzeiro, no ano de 1884. O local, quase inacessível, era composto por diversas capoeiras de matas e chegava-se ao local depois de percorrer diversas trilhas. A partir do ano de 1888, abolição da escravidão, o morro começou a ser ocupado principalmente por ex-escravos e gente pobre.

de forma irregular, sem qualquer padrão técnico de engenharia ou arquitetura definido. Uma sobrepostas a outras, as casas geram uma grande instabilidade em sua afixação no terreno, segundo técnicos que vistoriaram o local.

Mas parece que o que pega não é exclusivamente a questão da preservação da vida desses moradores. Por se situar em um ponto elevado, a primeira vista ou impressão que o visitante tem ao chegar à cidade via entrada principal é exatamente a do morro do Cruzeiro e isso parece incomodar os administradores atuais e agentes ligados à questão mais turística do município, principalmente após a cidade ter se transformado em patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan). Então, torna-se necessário livrar o morro extirpando os seus abscessos e levando essa população cada vez mais para longe do centro urbano.



Figura 2 – Morro do Cruzeiro, ano de 2009.

Foto de Marcelo Toledo.

É bom lembrar que a ocupação do morro do Cruzeiro ocorreu com a aprovação do próprio poder público, que concedia as plantas sociais, tendo inclusive promovido a regularização fundiária dos imóveis por intermédio de Ação de Usucapião Urbano Constitucional e dado entrada no fórum local no ano de 1996. Antes mesmo da ação de usucapião, a prefeitura já cobrava o Imposto Territorial Urbano (IPTU).

Depois da catástrofe, o poder público municipal, em parceria com a Universidade Paulista (Unesp), deu início a projetos de planejamento para orientar a expansão física da cidade.

Paradoxalmente observamos as contradições produzidas pela própria posição da prefeitura municipal, que busca mudar um modelo de ocupação territorial urbano que ela mesma incentivou e legitimou ao permitir a instalação dessas famílias a partir do início da década de 1970, concedendo, inclusive, terrenos a famílias pobres em áreas de risco iminente desde que os apoiassem politicamente nas eleições municipais. Esse é o momento em que a presença física de casas no morro se tornou mais evidente.

Os moradores desalojados pelas fortes chuvas ou expulsos pelo poder público municipal de seus antigos espaços residenciais não receberam um único centavo de indenização. Ganharam, na verdade, uma nova morada, através do CDHU, porém terão que pagar prestações durante 25 anos. As casas recém-inauguradas apresentam problemas como rachaduras e afundamento dos pisos, e as famílias que foram removidas de seus antigos bairros não estão nada contentes com a política habitacional do município, tanto que, em menos de um ano, duas pessoas deram cabo a suas vidas ao cometerem suicídio. Outras apresentam quadro depressivo que inspira cuidados e podem vir a ter o mesmo fim. Hoje representados pela Defensoria Pública de Taubaté, que ajuizou uma Ação Civil Pública,⁷ n. 546/2010, brigam na justiça por seus direitos contra a prefeitura municipal de São Luís do Paraitinga e o governo do estado de São Paulo.

Plantio em área urbana

A submissão e/ou convivência das autoridades locais é de causar revolta. No ano de 2005, a empresa Votorantim Celulose e Papel (VCP), atual Fíbria, arrendou a fazenda Santa Cecília, com área estimada de 188 hectares. Segundo um dos herdeiros da fazenda, a proposta que a VCP fez era muito boa e a fazenda estava desativada pelo fato dos donos não morarem em São Luís do Paraitinga, mas em outras cidades do Vale do Paraíba. O capital especulativo e os interesses particulares, sem dúvida, estão acima dos interesses da comunidade. A fazenda tem parte dela inserida na zona rural, no bairro do Rio Abaixo, e outra parte na zona urbana, pois faz divisa com o bairro de Santa Terezinha. Do centro da cidade é possível ver os topos do morro da fazenda totalmente cobertos por milhares de árvores de eucalipto.

7 Ação Civil Pública movida pela Defensoria Pública de Taubaté, contra o município de São Luís do Paraitinga e estado de São Paulo. Número digital da ação: 0000546-21.2010.9.26.0579.



Figura 3 – Eucalipto encarcerando a cidade de São Luís do Paraitinga, ano de 2009.

Foto de Marcelo Toledo.

Logo no início das atividades, quando máquinas começaram a cortar o terreno e preparar a infraestrutura para o plantio das mudas de eucalipto, a população se organizou e enviou um abaixo-assinado de denúncia ao Ministério Público, pedindo a paralisação das atividades. Os argumentos usados foram: o fato do rio Paraitinga ser considerado de preservação ambiental permanente; o perigo de contaminação de nascentes que abastecem diversos moradores no bairro do Rio Abaixo devido ao uso de agrotóxicos; e a proximidade com os moradores do bairro de Santa Terezinha, tendo em vista que a plantação passará a fazer divisas com muitas casas desse bairro. No entanto, esses argumentos não foram levados em consideração pelo Ministério Público, que indeferiu a representação promovendo o seu arquivamento e a empresa conseguiu avançar em seus interesses.

A omissão do Ministério Público custou caro para a agricultora Benedita de Moraes, de 67 anos, moradora no bairro do Rio Abaixo desde o ano de 1975 e cuja propriedade, de 12 hectares encontra-se inserida dentro da fazenda Santa Cecília. Hoje, o seu pequeno sítio está totalmente envolto pelas árvores exóticas da Fíbria. Benedita teve as águas superficiais da mina que abastece o seu sítio contaminadas pelo herbicida Roundup, jogado em grande quantidade perto de áreas de nascentes, ou seja, numa área preservação permanente, por funcionários de uma empresa terceirizada contratada pela Votorantim. Dona Benedita, como fazia costumeiramente, logo de manhã tomou uma caneca d'água e alguns minutos depois começou a passar mal.



Figura 4 – Sítio onde mora dona Benedita, encurralada pela monocultura do eucalipto da Fíbria.

Foto de Marcelo Toledo, 2009.

Tive tontura, dor no estômago e vontade de vomitar. Não sei muito bem o que aconteceu comigo. Sempre bebi água dessa mina, a água sempre foi muito boa e nunca ninguém passou mal. Agora depois que essa firma chegou por aqui eles vão jogando veneno sem olhar direito, eles não respeitam a gente. O Albertino (marido) falou pra eles não botarem Roundup e também não porem formicida perto das minas, mas eles não escutam a gente, não.

Nova denúncia foi feita ao promotor de Justiça da comarca de São Luís do Paraitinga que – como o caso teve exposição na mídia regional –, por fim, decidiu abrir um inquérito para investigar os fatos narrados. Através do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Urbanismo e Meio Ambiente (CAOUMA), foi nomeado o engenheiro civil que presta serviço ao Ministério Público, Doron Grull. Após estudos, Grull deu o parecer de que encontrou vestígios do veneno a menos de cinco metros da nascente onde dona Benedita capta água, como também encontrou formicida granulado (isca para matar formiga saúvas) próximo à mesma nascente e concluiu que realmente a agricultora Benedita pode ter sido vítima de envenenamento moderado ao ingerir a água. Porém, o posicionamento do Ministério Público não mudou em nada e continuou sendo omissivo.

Cansado da inércia das autoridades locais, o Movimento em Defesa dos Pequenos Agricultores (MDPA) decidiu procurar o defensor público da comarca de Taubaté, Wagner Giron de La Torre, que ajuizou uma Ação Indenizatória contra a empresa Votorantim Celulose e Papel (VCP) e a fabricante do vene-

no, a Monsanto do Brasil. A ação foi registrada com o número 48/2007.⁸ No mês de março do ano de 2011, a magistrada da comarca de Paraitinga deu sentença contrária ao pedido do defensor público, apesar do mesmo ter apresentado provas robustas dos efeitos deletérios proporcionados pelas grandes plantações de eucalipto no município. No bojo da ação, um expressivo abaixo-assinado contendo mais de duas mil assinaturas em apoio à agricultora foi juntado nos autos, mas isso não contou na decisão da justiça local. Inconformado, o defensor público interpôs recurso no Tribunal de Justiça de São Paulo e aguarda decisão favorável.

Os problemas sociais gerados com a migração

Apesar da administração pública rejeitar o debate, o eucalipto é o principal responsável pela migração e o inchaço da cidade. Em 40 anos de plantio ininterrupto, o eucalipto não promoveu o desenvolvimento econômico do município e muito menos melhorou a qualidade de vida da população. De acordo com dados do Seade do ano de 2011, a zona urbana, com pouco mais de 3 km², concentra quase 60% da população total de 10.388 habitantes, enquanto a zona rural, com mais de 730 km² fica com aproximadamente 40%. Esse fenômeno vem se repetindo nas últimas quatro décadas. No ano de 1955, com uma população e área territorial semelhantes às atuais, Paraitinga tinha 88% de sua população residindo na zona rural. Na verdade, essa migração colabora para aumentar o índice de criminalidade, consumo de drogas, miséria, desemprego e degradação ambiental e cultural.

Maurício Thuswohl, editor de Meio Ambiente da agência Carta Maior, em seu artigo “A insustentável produtividade da celulose”, alerta que “a verdadeira selvageria – utilizar extensões de terra para uma monocultura que agride o país ambientalmente, que gera lucros para uma minoria e que em nada contribui para combater a desigualdade social – ainda não foi percebida pela ‘elite pensante’”.

Ora, sem dúvida já foi percebida. No entanto, não há interesse em mudar esse modelo, pois essa elite é beneficiada. A persistência em manter a produção industrial de monocultura de eucalipto no município de São Luís do Paraitinga não trouxe progresso ou desenvolvimento algum. Segundo estudos da Fundação Seade, Paraitinga está entre os oito municípios da região do Vale do Paraíba que estão entre os 50 municípios com

8 Ação de Indenização movida pela Defensoria Pública de Taubaté, representando a Sra. Benedita Moraes Oliveira, contra grupo Votorantim Celulose e Papel (atual Fibria) e Monsanto do Brasil. Número digital da ação: 0000119.2007.8.0579.

os piores indicadores sociais do estado de São Paulo. São Luís ocupa a posição n. 613 no quesito riqueza.⁹

Segundo ainda dados do último censo agropecuário feito pelo IBGE, o município de São Luís do Paraitinga apresenta os seguintes números: 514 estabelecimentos agropecuários, sendo a área total de 23.608 hectares; total de pessoal ocupado com laço de parentescos com o produtor: 1003; total de pessoal ocupado sem laço de parentesco o com produtor: 199.

Porém, o censo não inclui os estabelecimentos que praticam a silvicultura do eucalipto no município. A área com plantação de eucalipto no município – se incluirmos todas as empresas plantadoras, a saber, além das já tradicionais Suzano de Papel e Celulose e Fíbria (antiga VCP), também a Nobrecel, o Grupo Fortaleza, a Jogil e os plantadores/especuladores incentivados principalmente pela Fíbria, através da estratégia do fomento florestal –, é muito maior do que aquela apresentada pela Casa de Agricultura de São Luís do Paraitinga. Quanto à geração de empregos, a monocultura industrial do eucalipto com área latifundiária no município gera menos que dois postos de trabalho a cada 100 hectares, enquanto uma área com horticultura familiar variada, como a região do bairro de São Sebastião, Marçães, entre outros, pode gerar até três postos de trabalho por hectare. O plantio de hortaliças é feito em área descontínua, estimada em 90 hectares. Esses bairros registram maior densidade populacional, o que prova que a monocultura do eucalipto, com área latifundiária, gera muito menos emprego do que ela afirma. A agricultura e pecuária de característica familiar geram mais de 1.200 empregos no município.



Figura 5 – Agricultura Familiar no bairro de São Sebastião.

Foto de Marcelo Toledo, 2008.

9 Cf. jornal Vale Paraibano, 22 de abril de 2007.

Mesmo assim, as grandes empresas eucaliptoras sediadas no município insistem em afirmar em seus sites institucionais que são os maiores empregadores do município, com 350 pessoas empregadas diretamente. Isso não é verdade, pois os empregos são temporários e os trabalhadores contratados não estão vinculados diretamente as empresas Fíbria e Cia. Suzano, mas sim contratados por empresas terceirizadas que prestam serviço em vários municípios do Vale do Paraíba onde essas grandes empresas de celulose possuem fazendas de produção de eucalipto. Portanto, não é criada a perenidade do emprego no município de São Luís do Paraitinga. Um outro dado que deve ser levantado é o de que muitos desses trabalhadores não são originários ou moradores em Paraitinga, mas oriundos de muitos municípios do norte de Minas e de algumas regiões do Nordeste.

Os bairros rurais

Boa parte da paisagem rural de São Luís do Paraitinga foi coberta pelo plantio de eucaliptos. Se as pastagens um dia vieram substituir os canaviais, cafezais e algodoais, hoje elas são substituídas pela produção de eucalipto. Não existe critério ou definição: o eucalipto é plantado desde as escarpas quase inacessíveis da Serra do Mar e também dentro do perímetro urbano, sendo que pelo menos 20% da área territorial do município (estimada em 74 mil hectares) está ocupada, e isso com a anuência e/ou conivência das autoridades locais, que fazem vista grossa. Nesses bairros, a ocupação espacial deve ser vista e analisada de forma plural, pois encontramos neles áreas de pastagens, produção de verduras, cereais e fragmentos de matas remanescentes da Mata Atlântica.

As empresas eucaliptoras investem em municípios do Alto Vale do Paraíba que apresentam área territorial disponível e água em abundância e justificam dizendo tratar-se de municípios que apresentam uma tendência histórica à estagnação econômica, a exemplo de São Luís do Paraitinga, Cunha, Natividade da Serra, Redenção da Serra e Santa Branca. Outro dado relevante que incentiva a entrada e permanência dessas empresas é o fato das autoridades oficialmente constituídas dos municípios serem extremamente condescendentes. Já as autoridades políticas são facilmente cooptadas, bastando um pequeno financiamento nas campanhas eleitorais para que a maioria dos políticos produza um discurso favorável às atividades desenvolvidas pelas empresas.

No bairro do Alvarenga, situado a 10 quilômetros do centro da cidade, que tem praticamente toda a sua superfície tomada por plantios de eucalipto, um morador tradicional, pequeno pro-

dutor nascido e criado no bairro, inconformado com avanço do eucalipto, deixou o seguinte depoimento:

Meu vizinho tirava 4.000 litros de leite por dia e hoje tem apenas um camarada. Das 200 famílias que moravam aqui, hoje não restam mais que 30. Eu também acompanhei a diminuição da água e percebi que isso foi ocorrendo à medida que o eucalipto ia crescendo. Isso significa miséria para os pequenos e me entristece demais. A gente está vendo que o mundo está morrendo pelas mãos e ganâncias dos homens.¹⁰



Figura 6 – Plantio de eucalipto da Fíbria, dentro da zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar.

Foto de Marcelo Toledo, 2009.

Nas áreas teoricamente protegidas, definidas como unidades de conservação ou parques, também verificamos a presença dessa malsinada monocultura, colada ao Parque Estadual da Serra do Mar em sua zona de amortecimento, sendo por Lei proibida a introdução de atividades econômicas que causem impacto ambiental, como é o caso das plantações de eucalipto em áreas constitucionalmente protegidas, o que é o caso do Parque Estadual da Serra do Mar. Mesmo porque a Serra do Mar é considerada patrimônio nacional de interesse difuso e coletivo pela lei n. 9.985/2002, que determina as áreas de amortecimento, e pela lei n. 013/90, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que estabelece 10 quilômetros como zona de amortecimento. No entanto, por outra banda nota-se a presença de diversas fazendas pertencentes a toda poderosa Fíbria (antiga VCP), entre outras empresas cultivadoras de eucalipto, dentro das áreas de amortecimento. Mesmo no interior de uma unida-

10 Depoimento de Vitor de Moraes, 67, morador no bairro do Alvarenga. Cf. jornal Vale Paraibano, 19/10/2004.

de de conservação denominada Núcleo Santa Virgínia, encontramos uma grande plantação de eucalipto com 450 hectares.

É de se entranhar o comportamento dos responsáveis pela proteção ambiental no município. No entorno do Parque, as autoridades ambientais agem com muita severidade, punindo, na maioria das vezes de forma injusta, os pequenos agricultores/pecuaristas e até mesmo as famílias consideradas sertanejas, que são impedidas de reproduzirem suas práticas tradicionais de sobrevivência, como por exemplo o extrativismo vegetal, com a coleta de palmitos de lenha, ervas curativas e/ou a extração de cipós, raízes, taboas, bambus e madeiras usadas na confecção de artesanato rústico de função utilitária.



Figura 7 – Sertaneja faz coleta de lenha seca.

Foto de Marcelo Toledo, 2009.

Por outro lado, nada fazem para deter o avanço da monocultura do eucalipto. Na fazenda Sertãozinho II, da Fíbria, que faz divisa com o Parque Estadual da Serra do Mar, milhares de litros do herbicida Roundup foram aplicados em área de preservação permanente quando deram início ao plantio de eucalipto, no ano de 2004, causando a poluição hídrica e a morte de muitos animais silvestres.



Figura 8 – Capina química em área de preservação permanente, realizada na fazenda Sertãozinho II da Fíbria.

Foto de Marcelo Toledo, 2004.

Estratégias de cooptação

O Instituto Florestal e a Secretaria de Meio Ambiente são parceiros da Fíbria, que banca projetos dessas instituições e por isso é que eles fazem vista grossa. No Núcleo Santa Virgínia, por mais de uma vez, representantes da Fíbria se reuniram para ministrar cursos a professores da rede pública municipal. Na cidade, a prefeitura é parceira da Fíbria, tendo inclusive essa empresa bancado um livro produzido por um professor da Universidade de Taubaté que aborda a história e a cultura de São Luís do Paraitinga. O livro é intitulado *A imperial São Luís do Paraitinga – história, educação e cultura*. Foram confeccionados 1.500 exemplares, e distribuídos na rede pública municipal. O livro impressiona pela qualidade gráfica. O prefácio ficou ao encargo da prefeita de Paraitinga, com título *Resgatar o passado e valorizar o presente*, expressou-se dizendo que:

Como Prefeita do Município da Estância Turística de São Luís do Paraitinga, tenho consciência de que o exercício da cidadania exige conhecimento de nossas raízes, de nossa cultura e do nosso passado histórico. A ideia de elaborar este livro nasceu em um projeto de Educação Ambiental nas Escolas Rurais e Urbanas, tendo como objetivo proporcionar a compreensão de nossa história, pois conhecendo preservamos, cuidamos e amamos nosso ambiente. Nossos grandes amigos e parceiros foram a empresa **Fíbria e Celulose S/A e a Universidade de Taubaté (Unitau)**. Agradecemos ao Professor Dr. Judas Tadeu de Campos, que se dedicou à pesquisa e à elaboração da

história. O resgate do passado e a valorização do presente, inseridos nesta obra, são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É com grande orgulho que a Administração Pública, a Fíbria e a Unitau lançam o livro “A Imperial São Luís do Paraitinga”, obra que fortalece a identidade do nosso povo e a nossa cidadania. Convido a todos a conhecerem nossa história.

Junto do prefácio da prefeita vêm o texto do presidente e chefe executivo da Fíbria, Marcelo Castelli, e do diretor florestal da Fíbria, Aires Galhardo. Reproduzimo-lo na íntegra:

A União da sustentabilidade e do respeito às tradições

Quando a Fíbria foi apresentada ao projeto deste livro, imediatamente percebeu a importância de apoiar uma publicação sobre a rica história de São Luís do Paraitinga e de seus moradores. Reconhecemos o valor dos luisenses como pessoas de coragem, de vasta sabedoria e donas de um carinho mais do que especial pela cidade onde criaram suas raízes. É fascinante saber que o resultado deste está agora documentado nessas páginas. Melhor ainda é saber que esta obra será multiplicada **pelas salas de aula, residências, bibliotecas**, e terá seu conteúdo compartilhado por alunos, professores e por todos que buscam ampliar seu universo e conhecimentos. A Fíbria tem orgulho em participar do livro “A Imperial São Luís do Paraitinga”, um projeto que fortalece nosso compromisso com o município e os laços de parceria e confiança que nos une em torno do objetivo comum de **desenvolvimento sustentável, com conservação ambiental e respeito às tradições**.



Figuras 9 e 10 – Fazenda São José II da Fíbria no bairro do Alvarenga. Imagens do córrego e do açude secos. Imagens como essas o livro patrocinado pela Fíbria não mostrou.

Foto de Marcelo Toledo, 2003.

No entanto, os impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais proporcionados pela expansão da monocultura do eucalipto sequer foram citados no livro. A prefeitura municipal de São Luís do Paraitinga é ré em três ações civis públicas, juntamente com a Fíbria, por abdicar de sua obrigação constitucional de fiscalizar atividades degradantes no município, como é o caso das plantações extensivas de monocultura de eucalipto. A parceria na confecção do presente livro é nada mais do que a confirmação que a administração pública vai continuar sendo cooptada e conivente com a destruição do patrimônio ambiental e cultural do município, assim como com muitas outras mazelas.

Já há mais de 20 anos estabelecida fisicamente no município através de suas fazendas de eucaliptos, a Fíbria nunca se importou com o município de São Luís do Paraitinga, sempre fazendo o que bem entendia. O seu posicionamento mudou somente a partir do ano de 2005, após a organização da sociedade civil, especificamente a rural, que através do MDPA começou a denunciar as atrocidades cometidas por essa e outras empresas do ramo de celulose do município. As derrotas sofridas pela Fíbria no Judiciário estadual fizeram com que a empresa mudasse a sua estratégia e se aproximasse de setores importantes do município, procurando cooptar lideranças como forma de enfraquecer os questionamentos e a luta que o povo da roça começou a fazer.

A Fíbria apoia o repovoamento da palmeira juçara. A ação faz parte do projeto “Semeando a Sustentabilidade”, que envolve pequenos produtores rurais na coleta do fruto. O projeto é coordenado por uma ONG local, que defende a Mata Atlântica e a Serra do Mar. Porém os moradores antigos, tradicionais de bairros sertanejos, a exemplo de Puruba, Palmital, Hortelã e Toca da Cotia, entre outros, não participam do projeto por não se enquadrarem no esquema. Os habitantes da região serrana do município de São Luís do Paraitinga têm uma percepção diferente, e até mesmo antagônica, à dos idealizadores do projeto juçara. O que os ambientalistas urbanos inseridos no referido projeto chamam de “sustentabilidade” – produzir respeitando o meio ambiente e a natureza – não tem aprovação dessa população. Na verdade, eles querem é plantar milho, feijão e mandioca, praticar o extrativismo e produzir artesanato, o que estão impedidos de fazer em nome de uma legislação ambiental retrógrada que desorganizou os seus modos de vida.



Figura 11 – Fazedor de jacá.
Foto de Marcelo Toledo, 2009.

A partir do momento em que o povo da localidade rural Alvarenga começou a se juntar em reuniões e a esboçar uma reação contra o eucalipto plantado pelas empresas VCP (atual Fíbria) e a Cia. Suzano de Papel e Celulose, organizações não governamentais apareceram no bairro. É o caso da ONG Eco-Solidário sediada na cidade de São José dos Campos-SP. No material informativo de divulgação, afirmam que vêm desenvolvendo um trabalho de inclusão social através da produção de artesanato com as mulheres do bairro Alvarenga e adjacentes, na confecção de colares de sementes nativas. O projeto foi financiado pela VCP e não passou de um grande engodo, não mudando em nada a realidade econômica das pessoas do bairro. A atividade econômica aí, mesmo que de forma decadente, ainda é a produção de leite e seus derivados. Em hipótese alguma promoveu inclusão social e não se registra como alternativa econômica. Porém, de outro lado, as inocentes mulheres do bairro foram usadas em suas campanhas publicitárias com o objetivo de influenciar a opinião pública e de divulgar que respeitam o meio ambiente, assim como as comunidades no entorno de suas áreas de produção de eucalipto e que promovem ações sociais. As ações caritativas da VCP tinham como objetivo conseguir naquele ano a aprovação sem ressalva alguma do selo FSC, do Conselho de Manejo Florestal, para a certificação da

empresa de que plantam eucalipto de forma sustentável e em comunhão com as comunidades inseridas no raio de influência.

Outra empresa com destaque no cenário mundial na produção de celulose é a Cia. Suzano de Papel e Celulose. Há mais de 40 anos radicada em São Luís do Paraitinga, a Cia. Suzano também vem se aproximando da comunidade e a estratégia é praticamente idêntica à da sua concorrente – na verdade, não concorrem porque os lucros auferidos com a produção de celulose no exterior são astronômicos. A empresa incentiva os Pontos de Cultura do município a apresentarem projetos nos âmbitos ambiental e cultural e faz reuniões periódicas com os seus representantes. A ONG Acult (Associação Cultural) não aceitou o apoio da empresa Suzano por achar que estaria sendo sutilmente cooptada por uma empresa que tanto malefícios causou no município de São Luís do Paraitinga, através dos plantios de eucalipto, e “não ficaria bem, nem seria ético, ter o nome da nossa ONG associado a uma empresa que agride o meio ambiente e destrói o patrimônio cultural imaterial”, afirmou um de seus membros.

Por outro lado, as comunidades/bairros que ainda fazem divisa (vizinhança) com as fazendas de eucalipto da Cia. Suzano não recebem benefício social algum da empresa. Praticamente colado à fazenda Vista Verde, encontra-se o bairro Pimenta, distante 3 km do centro da cidade. Apesar de rural, esse bairro é o que apresenta o maior adensamento urbano, constituído por quase uma centena de casas e barracos instalados em um terreno acidentado, sem nenhuma infraestrutura urbana – o esgoto corre céu aberto, as fossas, todas exauridas, emitem um odor fétido insuportável. O local, outrora, era um “rossio” (logradouro público), ou seja, área de usufruto dos moradores usada como pastos de animais, coleta de lenha, assim como podia também servir como área de expansão da cidade. O fato de ser um terreno público, com o passar dos tempos, deve ter incentivado a ocupação de muitas famílias de parco poder aquisitivo. Com tantos indicadores sociais negativos, a Cia. Suzano poderia potencializar benefícios, desenvolver programas voltados para a geração de trabalho e renda, de inclusão social. Porém o único investimento que até hoje essa empresa fez no bairro foi o de patrocinar um grupo de dança de moçambique mirim, que é coordenado por uma empresária da cidade do ramo de hotelaria.

Mobilização popular

Algumas medidas visando deter o avanço da monocultura do eucalipto começaram a ser tomadas. No ano de 2004, o vereador Marcelo Toledo (PT), depois de se reunir e ouvir pequenos agricultores do município que reclamavam do impacto negativo que as grandes plantações de eucalipto acarretavam

a suas propriedades, elaborou um projeto de lei que “dispõe da proibição de instalação de novas áreas de reflorestamento no município”. O projeto recebeu o número 34/04. Votado na 15ª sessão do ano de 2004, foi aprovado por unanimidade pelos vereadores presentes. Em seguida, foi enviado ao chefe do poder Executivo que, em vez de sancionar o projeto, vetou. O projeto voltou para a Câmara e o raciocínio lógico seria o dos vereadores derrubarem o veto do prefeito, mas o que se viu foi exatamente o contrário. Apenas dois vereadores mantiveram a coerência de seus votos e a maioria, mudou de lado.

O jurídico da prefeitura alegou que o plantio de eucalipto é uma atividade lícita em todo o território nacional e a sua proibição seria inconstitucional, desconsiderando os impactos que essa atividade exerce sobre o meio ambiente e as comunidades. Mais um *round* perdido, mas não a luta.

Reuniões, discussões e seminários foram realizados e, em 2006, cansada da inércia das autoridades locais, a sociedade civil reagiu. Baseada nos artigos 225 (direito natural) e 215 (direito cultural) da Constituição Federal, elaborou o projeto de Lei de Iniciativa Popular, que tem por objetivo “proibir novas áreas de plantios de eucalipto no município”.

De acordo com a Lei Orgânica do município, seria necessário recolher assinaturas em 5% do eleitorado, na época estimada em 8.400, ou seja, seriam necessárias 420 assinaturas. No entanto, foram recolhidas 540, quase 7% do eleitorado. Um projeto inédito, que tinha a população como autora, e não os vereadores. O projeto teve grande repercussão e matéria sobre o assunto foi publicada com grande destaque no jornal O Estado de S. Paulo com o seguinte título: *Cidade na Serra do Mar tenta banir o eucalipto*.¹¹

Continuando a luta contra a monocultura do eucalipto, na tarde do dia 22 de agosto de 2006 ocorreu mais um seminário, agora no Centro Pastoral Católico de São Luís do Paraitinga, organizado pelo Núcleo Municipal do Plano Diretor Participativo de São José dos Campos e também pelo Movimento em Defesa dos Pequenos Agricultores (MDPA) de São Luís do Paraitinga, que contou com a presença de diversos representantes de movimentos sociais que lutam contra a monocultura do eucalipto e de especialistas na área ambiental que apontaram os efeitos nefastos das grandes plantações de eucalipto no meio ambiente. Terminado o seminário, uma grande passeata dirigiu-se à sede do poder Legislativo, sendo entregue o Projeto de Lei de Iniciativa Popular que “proíbe novas áreas de reflorestamento de eucalipto no município e dá outras providências” ao presidente da Câmara de Vereadores, os quais não podiam imaginar que a mobilização reuniria tanta gente.

11 Publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, no dia 17 de outubro de 2006, pela jornalista Simone Menocchi.



Figura 12 – População presente na sede do parlamento luisense, na entrega da Lei Popular que proíbe novos plantios de eucalipto no município.

No dia 14 de novembro de 2006, o projeto de Lei de Iniciativa Popular seria votado pelos vereadores. Com a casa cheia, lotada, estudantes, pequenos agricultores, representantes de movimentos sociais e também um forte aparato policial. No calor do debate, das discussões, eis que surge um filho ilustre de São Luís do Paraitinga, o geógrafo Aziz Ab'Saber. A presença de Ab'Saber causou um grande embaraço na maioria dos vereadores, principalmente naqueles que haviam vindo para votar contra a Lei Popular.



Figura 13 – O geógrafo Aziz Ab'Saber na câmara municipal de Paraitinga discursando a favor da Lei Popular que proíbe novos plantios de eucalipto.

O geógrafo usou a tribuna e falou por uns vinte minutos, apoiou a Lei Popular, parabenizou a iniciativa da população em querer deter o avanço da monocultura do eucalipto e comentou o seguinte:

O município de São Luís do Paraitinga, por ter o seu território totalmente inserido na Serra do Mar, não pode ser conivente com os plantios extensivos de eucalipto. Apenas 5% da área territorial do município pode receber plantios de eucalipto, mas de forma espaçada, de modo a não constituir latifúndios.

No entanto, mais de 20% de sua superfície está ocupada por plantios de eucalipto.

Valendo-se de uma estratégia artilosa, os vereadores que compunham a bancada silvicultura, que eram maioria, pediram vistas do Projeto para analisarem com mais atenção. Ora, o projeto já se encontrava na casa Legislativa havia mais de três meses. Na verdade o que não queriam era rejeitar o projeto na presença do senhor Aziz Ab'Saber e a votação ficou para um outro dia, a ser marcado ainda pelos nobres vereadores. Foi marcada uma sessão extraordinária para o dia 24 de novembro de 2006, às 14 horas. Ninguém foi comunicado e as pessoas ligadas ao Movimento em Defesa dos Pequenos Agricultores tiveram ciência da sessão extraordinária horas antes do início, ou seja, não houve tempo hábil para convocar e trazer os pequenos agricultores do município, na verdade os maiores interessados. Também não houve tempo para fazer contato com outros movimentos sociais da região comprometidos na luta contra a monocultura do eucalipto e que já vinham acompanhando todo o processo de votação da Lei Popular. Porém, mesmo lutando contra tantas adversidades, conseguiu-se levar um número bastante significativo de alunos adolescentes da zona rural do município para participar da sessão extraordinária.

Com o plenário lotado e um forte aparato policial repressivo teve início a sessão. O idealizador da Lei Popular fez o uso da tribuna por 15 minutos, conforme determina a Lei Orgânica do Município. Vereadores a favor e contra também fizeram uso da tribuna, justificando seus posicionamentos. Houve empate na votação e a decisão ficou para o então presidente da Câmara, senhor Antonio Galvão Sales, que decidiu com o seu voto contra a Lei Popular. Em seguida, houve muita discussão, xingamentos, um princípio de tumulto e a população presente no plenário passou a atirar moedas no presidente da Câmara. A polícia foi chamada a intervir e o chefe do Legislativo chegou a passar mal, sendo levado para a Santa Casa de Misericórdia da cidade.

Consolidada a derrota no Legislativo, contudo a luta não parou e paralelamente ao recolhimento de assinatura para a Lei Popular corria também um abaixo-assinado entre os moradores

rurais que seria endereçado ao Ministério Público local. O abaixo-assinado chegou a angariar mais 800 assinaturas, número esse muito expressivo, quase 30% de toda a população rural. Porém, tendo em vista a falta de interesse da representante desse órgão no município, o abaixo-assinado e mais um dossiê muito rico em informações e denúncias foi entregue ao defensor público da comarca de Taubaté, Wagner Giron de La Torre, que ajuizou no fórum local uma Ação Civil Pública, n. 593/2007¹² contra as empresas plantadores de eucalipto VCP e Cia. Suzano de Papel e Celulose e a prefeitura de São Luís do Paraitinga. Essa última por ser conivente com os plantios de eucalipto. A decisão da Justiça local foi contrária aos interesses da coletividade rural do município, negando o pedido do defensor público, ou seja, a decisão da magistrada favorecia única e exclusivamente os interesses das empresas eucaliptoras.

Com uma decisão unilateral, com pouca e fraca fundamentação, ficou claro que a Justiça local não quer brigar com gente “grande” e faz vista grossa para com os impactos causados pelos plantios indiscriminados de monocultivo de eucalipto, além de não se importar com os direitos humanos, sociais, culturais e ambientais da população rural de São Luís do Paraitinga. Reacionária, conservadora e até mesmo tendenciosa, a decisão da Justiça de Paraitinga foi refeita pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, acatando integralmente o pedido do defensor público.

O extenso plantio da monocultura do eucalipto na região é protagonista de uma série de lutas que se dá entre a população local e grandes empresas. A notícia que se segue foi uma grande vitória parcial que a população obteve no ano de 2008. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) suspendeu, por meio de liminar, o plantio de eucalipto em São Luís do Paraitinga, município localizado na Serra do Mar, no interior do estado. Com uma área de cerca de 73 mil hectares, pelo menos 12 mil hectares são tomados pelo plantio da matéria-prima da celulose, feito em fazendas próprias e áreas arrendadas por empresas do setor, como a Suzano Celulose, Nobrecel e Votorantim Celulose e Papel. As empresas estão proibidas de plantar, replantar ou colher o eucalipto. [...] Ainda de acordo com o TJ, a proibição fica valendo até que seja feito um estudo de impacto ambiental (EIA-RIMA) obedecendo à legislação vigente no estado para a monocultura. A decisão do TJ é para os pequenos produtores e moradores de São Luís do Paraitinga uma vitória. Em novembro do ano passado, a defensoria pública do estado propôs ação contra a expansão da monocultura, levando em consideração graves danos ambientais e o êxodo rural relatados e comprovados pelos

12 Ação Civil Pública movida pela Defensoria Pública de Taubaté contra a Cia. Suzano de Papel e Celulose, Votorantim Celulose e Papel (VCP) e município de São Luís do Paraitinga-SP. Número digital da ação: 00001195-88.2007.8.26.0579.

moradores. Entre os prejuízos relatados na ação civil estão o desaparecimento de rios e nascentes, castigados pelo excesso de agrotóxico, e a morte de animais, além da contaminação de pessoas e trabalhadores rurais. O assunto foi levado à Justiça pelo Movimento em Defesa dos Pequenos Produtores (MDPA), representado por Marcelo Toledo.

Mesmo após a decisão do TJ, favorável aos movimentos sociais, o Judiciário local continua sendo omissivo e, sem internalizar a função social da propriedade, vem criando dificuldades para o cumprimento das determinações impostas pelo TJ.

O impacto na cultura rural de São Luís do Paraitinga

A zona rural do município de São Luís do Paraitinga, apesar de decadente, ainda mantém unidades assentadas em trabalho familiar parcamente remunerado e produzindo ainda uma policultura baseada na subsistência. São donos de parques hectares de terra da onde tiram seus sustentos. Com a produção de leite e derivados, a exemplo do queijo, requeijão e manteiga, criam gado e galinhas, entre outros animais domésticos, e fazem ainda pequenos roçados de mandioca, milho e feijão. Segundo Diegues (1994, p. 79),

Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela, produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura, e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos renováveis.

Para a população culturalmente identificada como “caipira”, a chegada ou a introdução de monocultivos de eucalipto vêm colaborando de forma muito significativa para desarticular esse mundo, tendo em vista o efeito opressor que causa nas comunidades rurais. Muitas propriedades pequenas e/ou médias, na divisa com os grandes latifúndios de fazendas de eucalipto, aos poucos vão sendo absorvidas, através da compra ou do arrendamento e passam a fazer parte de uma mesma propriedade.

Se com a decadência do café ocorreu a fragmentação da propriedade, fazendo surgir diversos sítios de produção combinada entre agricultura e pecuária, já a partir dos anos 1970. De forma mais acentuada nas décadas de 1980 e 1990 dar-se-á o contrário, com o advento da monocultura do eucalipto, que passa a concentrar diversas propriedades em uma única propriedade e/ou fazendas. Algumas, imensas, cuja superfície chega a cobrir praticamente o bairro inteiro, como é o caso da fazenda

Cachoeirinha, no bairro Caetanos, a fazenda Teodoro, no bairro Pico Agudo, e a São Miguel, no bairro Rodrigo Soares.

A zona rural de Paraitinga contém uma profusão de referências de sinais sagrados e em diversos locais a presença de eucalipto detonou os registros de memória. Foram suprimidas diversas capelas, ermidas e santa cruzes. O número de santa cruzes destruídas pelas fazendas de eucalipto no município é praticamente incontável.



Figura 14 – Santa Cruz, abandonada e situada dentro da fazenda Nevada, de propriedade da Fíbria.

Elas não surgem de qualquer forma, mas são memórias materializadas que lembram um episódio triste. A sua construção não deve ser entendida apenas como local que identifica e abriga o “morto”, mas é essencialmente a representação simbólica da existência de um espaço legítimo para a realização de relações devocionais que os vivos prestam aos mortos (TOLEDO, 2001, p. 94).

No bairro Toca da Cotia, região serrana do município de São Luís do Paraitinga, antes da empresa Votorantim adquirir terras para o plantio de eucalipto no ano de 2003, à beira do caminho existia uma santa cruz muito visitada. Verificamos nela a presença de diversas imagens de santos quebrados, fotos e bilhetes que sacralizavam o local e o tornavam um espaço de rezas e orações da comunidade. Hoje, no local, restam apenas ruínas da santa cruz.

A destruição também engloba muitas casinhas caipiras construídas de pau a pique e cobertura de sapé de duas águas, chão de terra batida e com mobília escassa. A transformação espacial da monocultura do eucalipto, ao substituir as áreas de pastagem ou de produção agrícola e/ou mata nativa, é abrupta e o impacto não se dá apenas no âmbito social, ambiental e econômico, mas também em relação ao patrimônio cultural que os bairros/comunidades preservaram por décadas.

O referido bairro encontra-se totalmente inserido na zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar e ali os moradores remanescentes tradicionais enfrentam ao mesmo tempo dois grandes e poderosos inimigos: (1) a perda do espaço sertanejo que, de forma legítima, secularmente vem sendo utilizado por pequenos agricultores, identificados sociologicamente como “caipiras”, frente à privatização dessas áreas por empresas de celulose; (2) o decreto 10.251, que criou o Parque Estadual da Serra do Mar, de forma injusta avança para cima do território sertanejo, não permitindo mais a presença dessa população em áreas teoricamente protegidas, como é o caso em questão – e aí vemos instaurada a contradição, a ambiguidade. De um lado, o decreto do Parque que cria área de preservação e, de outro, áreas de exploração econômica, representadas no monocultivo do eucalipto. Posições naturalmente antagônicas entre preservação e exploração, mas que convivem de forma harmônica, lado a lado, estabelecida dentro de um sutil “jogo de combinação”.

Os moradores, até mesmo aqueles mais apegados à terra e às tradições religiosas, pouco a pouco vão se acostumando com a ideia de que terão de deixar a sua terra de origem, espaço de convivência e de produção, sem condições para competir com as grandes empresas de celulose, que impõem a sua lógica capitalista de ocupação do espaço territorial rural. Permanecer na terra como pequeno agricultor familiar é praticamente impossível, assim como lutar contra a opressão do grande capital. Parece que quase nada dá para se fazer. O fim do sertanejo será fim da cultura rústica?

Segundo Brandão (1996), o sertão era livre, isto é, ainda não havia sido submetido à Lei da Florestal e, então, as florestas dos altos da Serra do Mar e dos sertões à volta dos bairros eram locais do complemento da subsistência familiar. A carne

de caça e pesca, vegetais como o palmito, a madeira da lenha e dos utensílios, casas e currais, vinham do sertão. A caça e a pesca eram mais do que o furtivo esporte que hoje convida raras pessoas do lugar.

Um sertanejo lavrador tradicional, V.R., de certa forma legítima a observação de Brandão e vai mais longe ainda ao incluir as roças de eucalipto como mais um elemento detonador de seu mundo.¹³ Vivendo há muitas décadas em um bairro ao lado do Parque Estadual da Serra do Mar, esse morador, que todo ano recebe com festa em sua casa a folia Santos Reis e por mais de uma vez já fez festa para o povo na capela de Nossa Senhora Aparecida do Alto Grande, associa a chegada do Parque e a presença das firmas de eucalipto a uma coisa muito ruim.

O florestal (guarda) proíbe a gente de fazer roçado para plantar milho, feijão e mandioca. Não posso derrubar um pau sequer. Tenho que ficar pegando galho de árvore morta pelo mato e levar pra mulher fazê a comida. Outra coisa que tá acabando com a gente [são] as firma de eucalipto. Eles vão plantando eucalipto pra tudo quanto é lado, muitas nascentes já [secaram]; eles batem também muito veneno que vai pra água, matando os peixes e muito bicho também morreu. A gente acha bicho morto, passarinho sem nenhum ferimento. E aí o florestal não faz nada, não multa, não prende. Eles estão acabando com o povo do sertão, com os bichos e a natureza que Deus criou. Aqui no sertão, eu não tô preso, mas parece que botaram algemas em mim.

Fora do espaço territorial sertanejo considerado protegido, mas dentro do espaço camponês, rural, caipira dos bairros do município, chamamos a atenção para a destruição das capelas votivas, como é o caso de Nossa Senhora de Lourdes, promovida pela silvicultura do eucalipto. Aí verificamos a interferência da empresa Cia. Suzano de Papel e Celulose na produção religiosa e cultural dessa comunidade.

13 Em seu livro *Partilha da vida*, folha 77, o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão analisa o impacto da criação do Parque Estadual da Serra do Mar sobre as comunidades sertanejas remanescentes. Na época de sua pesquisa, meados dos anos 1990, o sertão convivia ainda sem a presença da monocultura do eucalipto, que surgiu a partir do ano de 2003, através da empresa Votorantim Celulose e Papel, que passou a adquirir e arrendar diversas fazendas para esse fim na região do Distrito de Catuçaba.



Figura 15 – Festa em homenagem a Nossa Senhora de Lourdes, no bairro do Pico Agudo. Década de 1960.

Foto de José Mariano Rodrigues.

Situada no bairro Pico Agudo – um dos pontos culminantes do município –, por muitas e muitas décadas constituiu-se em um marco da devoção do povo da zona rural do município de São Luís do Paraitinga, um local que manifestava hierofania.¹⁴ Em 15 de agosto, dia da festa em homenagem a Nossa Senhora de Lourdes, os fiéis, em situação de penitência, subiam por picadas a pé ou a cavalo passando por pastos entremeados por mata nativa. Era um morro de difícil acesso, com mais de 1.400 metros de altitude. Os devotos mais contritos vinham do distrito de São Pedro de Catuçaba, como também de diversos bairros do município, cabendo citar Oriente, Damião, Ribeira, Rio Acima, Caetanos, Ponte Nova, Chapéu, Graminha, Rio das Flores e Ponte Preta, entre outros. No dia da festa, o local ficava apinhado de gente. Nesse espaço eram realizadas manifestações coletivas do catolicismo tradicional, tais como novenas, procissões e rezas. Sem contar com a presença de um padre, a mediação direta com a divindade se dava por intermédio do capelão, o que demonstra que não se realizavam missas solenes e que os rituais efetuados pela comunidade em benefício da “santa padroeira” são orientados pelo capelão, sujeito conhecido no meio rural como “tirador de rezas”.

14 Termo proposto pelo historiador das religiões Mircea Eliade (1962) para designar a manifestação do sagrado em objetos e pessoas.

Além da liturgia das rezas, novenas e procissões, verificamos a ampliação do campo religioso tradicional devido à presença de grupos de danças dramáticas comuns nas festas rurais, a exemplo do moçambique, da congada e a cavallhada, assim como também se registra a distribuição de comida salgada (pratos de afogado) e café com biscoito no dia da festa. A ausência de agentes eclesiásticos em hipótese alguma desautoriza os cultos religiosos do meio rural. A presença de imagens de santos, entre outros símbolos da iconografia católica, configura um território legítimo de devoção. No entanto, esse legítimo espaço da devoção popular foi extinto quando a Cia. Suzano de Papel e Celulose adquiriu grandes extensões de terra no bairro do Pico Agudo para o plantio em grande escala de eucalipto. O caminho, por medida de segurança, foi fechado pela empresa e os devotos/fiéis tiveram o acesso a esse bem simbólico impedido. A medida austera adotada pela empresa conseqüentemente implicou na interrupção dos festejos tradicionais direcionados à santa padroeira. Profundamente interligados, “catolicismo rústico e bairro rural tradicional vivem e morrem da mesma morte” (Pereira de Queiroz. 1968:96) Os interesses comerciais da empresa detonaram o catolicismo rústico e mataram o bairro tradicional. O povo foi embora e da capela restaram apenas algumas fotos em preto e branco e lembranças na memória dos moradores mais velhos.

Outro caso que não podemos deixar passar sem considerar aqui é o da capela da Água Santa, no bairro do Ribeirão Claro, que tem como orago Nossa Senhora da Conceição. Foi edificada no ano de 1953 por um líder comunitário e membro da confraria de São Vicente, Sr. Brígido Cipião. A capela em alvenaria veio substituir a capela anterior, que era muito tosca, feita de pau a pique e cobertura de sapé. Ninguém sabe exatamente quando se deu a construção da primeira capela. Sabe-se apenas que há muitos anos fora construído um abrigo para proteger uma santa cruz. A santa cruz é plantada exatamente no local onde ocorre a morte de uma pessoa. Trazido pela oralidade, segundo consta, uma criança ao se desgarrar de sua mãe e se embrenhar em uma capoeira pereceu afogada em um lagrimal (olho d’água). A partir daí, entre os moradores do bairro do Ribeirão Claro surgiu a crença de que aquela água era santificada, portadora de dons miraculosos. Romarias, procissões e celebrações devocionais, festivas, eram comuns nesse espaço.

Esse ambiente religioso da comunidade rural foi incorporado por uma grande plantação de eucalipto, patrocinada pela mesma empresa logo acima mencionada, no início dos anos 1970. A cada dia que passa, a monocultura necessita de terra, espaço para se expandir. O território tradicional, composto por fazendas e pequenos sítios de produção, alguns um pouco acima de subsistência, o bairro, a comunidade e os grupos de vizi-

nhança estão se tornando residuais. A chegada das empresas de celulose implica na adoção de medidas extremas na defesa de seu patrimônio, como, por exemplo, fechar e/ou trancar caminhos seculares de comunicação entre os bairros rurais (serviço de passagem), como também impedir o acesso do povo às capelas para rezar e festejar.

O poeta popular Ditão Virgílio, natural do bairro Bom Retiro, zona rural do município de São Luís do Paraitinga, inconformado com a presença cada vez mais constante da monocultura do eucalipto, publicou no ano de 2007 o cordel denominado *O Saci e o eucalipto*.¹⁵ Em uma estrofe abordou o impacto do eucalipto sobre aspectos da religiosidade popular – especificamente, o caso aqui é o das capelas ou capelinhas. Ditão assim se expressou:

Até mesmo a capelinha onde o povo ia rezar foi fechada a porteira para não poderem entrar.	Tentam acabar com a festa que é tradição do lugar se deixarem trocam por pau até os santos do altar.
---	---

Geralmente, nas festas direcionadas aos santos e santas, os devotos mais tradicionalmente ligados ao evento soltam muitos rojões, o que, segundo a visão dos administradores das fazendas de eucalipto, pode vir a incendiar as plantações, causando grande prejuízo.

A interferência não se dá apenas no aspecto coletivo/público, representado pela capela como espaço de devoção comunitária, mas também no espaço privado/particular (casa), talvez em menor escala. A presença de elementos da iconografia católica é viva e atuante no meio rural. No entanto, com a migração para a cidade, muitas das representações materiais da iconografia católica não podem ou não são reportadas, como, por exemplo, os mastros santificados, que no espaço rural são plantados exatamente na parte frontal da residência. Eles assinalam que não se trata apenas da identificação sumária de uma família católica, cristã, mas também a exteriorização de uma atitude de fé e devoção fora dos limites domésticos de sua residência. Na cidade isso já não é mais possível.

Muitas das famílias, quando vieram da roça para a cidade, apesar de se manterem católicas, com uma fé inabalada em seus santos, não trouxeram certos elementos materiais importantes em seu cotidiano, deixando para trás, por exemplo, os mastros santificados e até mesmo seus oratórios, onde toda a tarde, junto da família, faziam rezas e preces antes da janta.

15 O Saci e o Eucalipto, publicado em “Estórias de uma Perna só”, sob nº 19 em 13/08/2007. Trata-se de cordel caipira, composto por 36 estrofes de autoria do poeta popular Ditão Virgílio.

Solidariedade vicinal – o mutirão

A prática de atividade de ajuda mútua denominada mutirão tornou-se mais frequente com o processo de fragmentação das grandes fazendas de produção de café após os anos de 1920. O baixo valor comercial das terras de Paraitinga permitiu o surgimento de diversos sítios pequenos de produção variada, favorecendo um número expressivo de pessoas que passou a ter acesso à terra. Nos anos 1940, tivemos conhecimento, após leitura em processos criminais do fórum da comarca de São Luís do Paraitinga, de dois eventos de mutirão para limpeza de milharal realizados no bairro Aberta Grande e Rodrigo Soares. Após muita cantoria de brão e após tomarem muitos goles de aguardente, terminou em pancadaria e conflito físico entre os participantes. Os bairros citados hoje estão ocupados por grandes extensões de plantios eucalipto e a sua população diminuiu consideravelmente. Não se tem mais notícia de práticas de mutirão, ou seja, o patrimônio cultural, as formas de socialização e de ajuda dos caipiras dessas comunidades acabaram. Desmotivadas, as poucas famílias remanescentes não são suficientemente fortes e capazes para reavivar o espírito lúdico, religioso e festivo do bairro no âmbito comunitário.

Os bairros rurais e os sistemas de solidariedade vicinal estão, com o passar dos tempos, tornando-se cada vez mais exíguos. Certamente que a zona rural passa por mudanças profundas – o êxodo e a falta de oportunidade para os que decidem morar na roça, que deixa de ser um espaço de produção transformando-se em um espaço de especulação, em que forasteiros adquirem sítios apenas para descanso e lazer. Ou seja, dar-se-á uma reutilização desse espaço com o surgimento de atividades diversificadas. Atualmente as práticas de mutirão verificam-se apenas em um ou outro bairro, quando antes, ou seja, há décadas, eram comuns em todos os bairros da área territorial do município.

O mutirão de limpeza de pasto é o mais comum entre os rurícolas de São Luís do Paraitinga. Em sua grande maioria, os moradores da zona rural são pequenos agricultores/pecuaristas e o habitat desses sujeitos deve ser entendido não apenas como um território no qual as pessoas se estabelecem e passam a viver durante anos ou mesmo décadas. O local deve ser olhado e analisado também pelos laços de solidariedade e de contatos que se estabelecem reciprocamente nas atitudes e comportamentos de seus moradores. Todos têm a consciência de pertencerem a um grupo culturalmente definido. Das várias modalidades de ajuda mútua e/ou solidariedade por nós observadas, estão a manutenção e reparos das capelas, a queimada de pasto, o aceiro, a colheita e o roçado e/ou limpeza de pasto. O mutirão é uma espécie de trabalho de cooperação, coletivo e voluntário, que se realiza entre muitos para o proveito de um

só, ou então de uma família. Esse sistema também se torna uma estratégia sutil dos sujeitos rurais para compensar a ausência de empregados no local, porque, tratando-se de pequenos proprietários – a maioria desprovidos de capital –, não dispõem de condições econômicas para contratação.

Aí apontamos elementos que reforçam esse vínculo, pois trata-se de um trabalho em que não apenas se trabalha, mas também se canta e se diverte, assumindo o caráter de uma festa profana. O canto em uma atividade de mutirão é denominado brão. Willems, que acompanhou um mutirão no bairro Guandu, município de Cunha, no ano de 1945, ao ver e ouvir os roceiros fazer versos e cantar em dupla em primeira e segunda voz, denominou-o cantos alegres e relatou da seguinte forma: “os cantadores, em grupos de dois, folgam suas modas, desafiando-se e respondendo de pontos diversos da roça em que se realiza o mutirão” (WILLEMS, 1947:36).

Porém, nada falou acerca do enigma que geralmente envolve as cantigas de brão.¹⁶ Alguém coloca uma linha, logo no início do evento rural, e aí as duplas vão cantando sempre repetindo a última estrofe no intuito em decifrar o enigma da linha. No entanto, sempre que chega uma dupla os mesmos cantam versos salvando sempre o patrão do mutirão (dono da propriedade). É quase sempre assim:

- | | |
|---|---|
| <p>1. Tô chegando, tô chegando
Nessa hora de alegria,
Eu saúdo o meu patrão
Com toda a sua família
A minha pombinha branca
Bateu asa e avoou
Me deixou e foi se embora
Meu cuietelo beija-flor.</p> | <p>2. Do povo da Santa Rita
Eu tenho muita saudade
To cantando de alegria
pra vocês companheirada
Ribeirão que corre manso
Corre meio maneiroso
Se namoro fosse crime
Eu já era criminoso</p> |
|---|---|

Na sequência, versos de enigma apresentados por uma dupla proponente no mutirão realizado no sítio do Reno Martins.

- | | |
|---|--|
| <p>1. Meu patrão tem uma boiada
Boi e novilho emparelhado
No sertão onde eu moro
Onde os passarinhos piam
Ai morena!
Não tenho mais alegria</p> | <p>2. Se esses bois é de negócio
To disposto a trabalhar
É hoje que eu vim aqui
Hoje mesmo eu vou voltar
Na hora da despedida
Não a quero ver ninguém chorar</p> |
|---|--|

Um enigma (linha) posto por uma dupla no início do mutirão pode durar o dia todo sem que ninguém consiga descobrir, ou seja, decifrá-lo. Ao meio-dia dá-se uma pausa. É a hora do almoço. Os trabalhadores abandonam o seu eito e todos se di-

16 Versos de cantiga de brão, recolhidas pelo antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, extraído do livro *Partilha da vida*, p. 253.

rigem para o terreiro em frente a casa do patrão do mutirão. Devido ao fato de se tratar de um evento privado, mas que enseja uma participação coletiva, a provisão alimentar (comida e bebida) é toda fornecida por quem propôs a sua realização. Ou seja, o ônus assumido individualmente é compensado pelo trabalho coletivo voluntário da limpeza da propriedade rural. Tal evento é o mais lúdico e transparente exemplo de solidariedade vicinal e de ajuda mútua que se pode identificar em uma sociedade rural legitimamente caipira.



Figura 16 – Participantes de Mutirão de roçado de pasto cantam brão, no sítio do Renô Martins, bairro Cachoeirinha, ano de 1998.

Foto de Marcelo Toledo.

Essas manifestações culturais estão se tornando cada vez mais residuais, tendo em vista a decadência das atividades agropecuárias consideradas tradicionais na zona rural do município de São Luís do Paraitinga. Segundo o antropólogo americano Robert Shirley (1977), cultura tradicional de um bairro acaba quando as comunidades acabam. O que não deixa de ser uma grande verdade. O trabalho na roça é a base da tradição e, conseqüentemente, o principal mantenedor da cultura. As mudanças econômicas podem, sim, ser responsáveis pelo fim da tradicional cultura “caipira” no município de São Luís do Paraitinga.

As festas rurais e os seus santos de fé e devoção

O catolicismo popular de matiz colonial é nítido em todo o município de São Luís do Paraitinga. Os moradores de bairros rurais organizam festas e celebrações em que se procura homenagear o santo padroeiro da localidade, que são muito comuns.

Cada bairro tem o seu e as pessoas se organizam e assumem responsabilidades, o que inclui a parte religiosa (novenas, missas, rezas), a profana (divertimentos folclóricos e bailes/forró), a de alimentação (comida de graça aos participantes) e a econômica (arrecadação em espécie e dinheiro). No entanto, a principal justificativa se dá em função da fé e da devoção aos santos. O calendário anual das principais festas em que são homenageados na região inclui Bom Jesus, no mês de agosto, no bairro Chapéu Grande; Nossa Senhora de Capela do Alto, no mês de setembro, no bairro Cachoeirinha; e São Pedro e Divino, em Catuçaba, no mês de junho, entre muitas outras.

As imagens dos padroeiros e padroeiras é dispensada atenção muito especial e deles se espera receber alguma coisa em troca. Observa-se ainda no município um número bastante expressivo de pessoas com presença ativa nas associações católicas e é na zona rural que esse comportamento de crença e devoção é mais demarcado, sobretudo pelo número expressivo de festas de devoção e rituais ligadas à sazonalidade das atividades agropecuárias.

Todas as festas são vistas como ocasiões especiais em que se celebra o culto devocional aos santos. Na zona rural do distrito de Catuçaba e em toda a área territorial do município, a grande maioria dos lavradores dedica-se a uma agricultura de subsistência, à exceção de poucos pecuaristas de condição econômica mais privilegiada. Os bairros são constituídos por moradores dispersos, devido à necessidade de espaço para o cultivo de lavoura e criação.

Nos bairros, a capela, juntamente com a vendinha e o campo de futebol, constitui-se num elemento importante pela perspectiva reduzida no que se refere às formas de contato social da comunidade. É na capela, centro da vida comunitária de cada bairro, que há um caráter agregador. Tradicionalmente, todos os anos é escolhido um morador do bairro que se responsabilizará pela organização e despesas das festas do santo local. Quase sempre o escolhido é um proprietário mais abastado, não sendo esta uma regra geral, pois moradores de condição econômica inferior, em cumprimento a promessas e com apoio e solidariedade de outros moradores, também fazem a festa.

A comemoração religiosa chega a envolver todos os habitantes da comunidade no sentido de que as despesas contraídas em função da festa – ou parte delas – são assumidas coletivamente por seus moradores. O próprio festeiro, em alguns casos, se incumbem de fazer a peregrinação peditória pelos bairros; em outros, determina alguém da sua família ou então uma pessoa de sua inteira confiança que levará a imagem do santo padroeiro às casas do roceiro. A imagem é o centro da atenção e na casa do hospedeiro realiza-se culto cerimonial em homenagem a ele com orações e ladainha, entre outras

manifestações. As pessoas cercam o seu santo de devoção, beijam-no e fazem promessas pedindo graça da cura, ou então vêm agradecer graças já alcançadas. Ao fim desse ritual, o dono da casa, juntamente com seus familiares, faz a doação de uma prenda, frequentemente uma galinha ou um leitãozinho; quando se trata de fazendeiros, a prenda é gorda: um bezerro ou até mesmo uma vaca.

Apesar do forte apego às manifestações religiosas populares do catolicismo rústico, registramos em diversos bairros que a tradição de realizar homenagens aos seus santos e/ou santas de devoção acabou, ou então, na melhor das hipóteses, diminuiu consideravelmente. Isso percebemos em bairros como Pico Agudo, Caetanos, Ribeirão Claro, Sertãozinho e Selado entre muitos outros.

Para que tenhamos melhor ideia, no bairro Pico Agudo o fim tradição de se homenagear a santa padroeira Nossa Senhora de Lourdes não acabou só porque a empresa Cia. Suzano de Papel e Celulose fechou o caminho que dava acesso à capela. Isso se deu principalmente devido ao fato de que, quando a empresa adquiriu terras da fazenda para o plantio de eucalipto, incorporou diversos sítios pequenos de produção variada, de hortifrutigranjeiros, quebrando sua economia e não deixando outra saída aos moradores antigos senão mudar de bairro e correr o risco de serem mais uma vez absorvidos pela monocultura do eucalipto. Ou ainda migrar para os arredores da cidade, como muitos fizeram e ainda fazem.

Ao incorporar esses bairros, as empresas acabaram desarticulando os grupos de vizinhança. O bairro tradicional deixou de existir e o que vemos são milhares de pés de eucalipto que vão tombando os morros. Até mesmo no bairro Sertãozinho, situado em plena Serra do Mar, em um local de altitude considerável para os padrões locais, com mais de 1.500 metros, registra-se a presença de uma capelinha, toda preparada, com seus retábulos artisticamente decorados. É uma capela secular que tem como orago Nossa Senhora das Graças. Além do espaço sagrado da capela, acusamos a existência de elementos considerados lúdicos, tais como um coretinho ou palanquinho usado para se fazer o leilão de prendas, e o rancho rústico de pau a pique onde se prepara o café e a comida sagrada. Segundo informação de dona Maria Aparecida dos Santos, de 73 anos, ela foi a última zeladora da capela. Ela nos conta:

Essa capelinha tem bem mais do que cem anos. A minha avó contava que quando era criança ela já ia rezar lá em cima na capela do Sertãozinho. No último domingo do mês, o povo do bairro se reunia na capela pra rezar o terço e agora, depois que a firma de eucalipto comprou o terreno, fechou o caminho, botou porteira e o povo não pode mais entrar lá pra rezar.



Figura 17 – Capela de Nossa Senhora das Graças. Propriedade particular da Fibria.

A chegada da empresa Votorantim Celulose e Papel ao bairro no ano de 2003 não inviabilizou apenas o espaço junto à capela e/ou o terreiro à sua frente, mas também uma área limpa e semiplana onde tradicionalmente acontecia a encenação da cavalhada. O evento, que relembra uma luta religiosa entre mouros e cristãos durante a Idade Média, não mais ocorre pelo fato do local estar ocupado por milhares de pés de eucalipto.

Como já foi dito, a presença das monoculturas de eucaliptos atinge toda a área territorial rural do município de São Luís do Paraitinga, de uma forma ou de outra – ou seja, mais ou menos acentuada –. Seu impacto sobre as comunidades foi observado pela pesquisadora Adriana Oliveira em seu trabalho de mestrado na Universidade de São Paulo acerca da Folia do Divino. Em seu giro pela zona rural acompanhado o grupo ritual, ela ouviu dos moradores muitas críticas à expansão do eucalipto e a sua interferência nas festas dos santos e na produção rural e disse:

Comentam que o avanço das plantações de eucalipto sobre as plantações de subsistência tem derrubado capelinhas votivas que antes reuniam gente para rezar e festejar, expulsando o povo da roça para a periferia das grandes cidades (OLIVEIRA, 2009, p.14).

A mesma pesquisadora, ao pousar junto do grupo de Folhões do Divino em uma casa situada no bairro Barra, área rural do município de São Luís do Paraitinga, em conversas com as

peessoas que acorreram ao evento religioso e profano, registrou o seguinte comentário:

- Seu Dito não mora mais na chácara com o bambuzal, do outro lado do rio?
- Não, ele arrendou a propriedade pra Votorantim e mudou para a cidade.
- Era um pouso tão bom.

O sumiço de uma morada de gente implica o sumiço de uma morada de santo durante o giro da folia. Em seu lugar, muitas vezes, eucaliptos clonados. Camponeses tentam resistir, mas nem sempre conseguem produzir leite suficiente para suprir a conta mínima que garanta a compra do leite pela cooperativa. Apelam, botam água, levam multa. Não têm dinheiro para comprar o filtro. Atolam na dívida (OLIVEIRA, 2009).

A observação da pesquisadora Adriana Oliveira merece comentário. Nem sempre o sumiço de uma morada de gente implica no sumiço de uma morada de santo, pois existem muitas famílias de pequenos agricultores/pecuaristas que negociaram os seus espaços territoriais de produção para o plantio de eucalipto com a empresa Votorantim (atual Fibria) e em seguida migram para a cidade. Contudo, não professam a religião católica, sendo protestantes ou pentecostais, a exemplo da Congregação Cristã do Brasil.

Por outro lado, a falta de apoio institucional aos pequenos pecuaristas força, na verdade, muitos deles a entregarem os sítios, ou parte deles, às grandes empresas de celulose, vendendo, arrendando ou fomentando a terra. O fomento atualmente tem sido a estratégia mais usada pelas empresas para convencer os pequenos produtores, e mesmo os médios agricultores, a plantarem eucalipto em suas terras, mediante um pagamento fixo por hectare, além de os subsidiarem com mudas e herbicidas (veneno). Maria José Brito Zakia, pesquisadora da empresa Votorantim Celulose e Papel, em entrevista ao jornal *Valeparaibano*,¹⁷ afirmou o seguinte:

A gente pensa em ampliar as áreas na forma de fomento florestal. Não vamos mais usar terras arrendadas. Percebemos que a implicação das pessoas não era com a monocultura, mas com o mononegócio, onde apenas um ganhava dinheiro. Vamos promover o uso múltiplo da fazenda e da madeira.

Essa bem-sucedida estratégia da empresa, que passa a ideia da socialização do lucro para aqueles que aderem ao programa do fomento florestal, é na verdade uma grande armadilha. A responsabilidade do plantio fica a encargo do dono da terra, como também a contratação de mão de obra, o que

¹⁷ *Encontro debate a cultura do eucalipto*. Jornal Vale Paraibano, 11 de novembro de 2007. Área de Meio Ambiente. Caderno Cidades.

resulta na precarização das condições de trabalho. As empresas se livram das responsabilidades dos processos ambientais e trabalhistas, que ficam a cargo dos produtores fomentados, porém aumentam consideravelmente a sua produção de matéria-prima sem precisarem comprar ou arrendar mais terras. Findado o contrato do fomento e o eucalipto colhido, a empresa não se preocupa em fazer a reconversão da terra, que se torna exaurida, imprestável para outras atividades – tanto agrícolas como mesmo para a pecuária de leite ou de gado de corte. O proprietário fica à mercê das empresas de celulose, que podem ou não fazer outro contrato de fomento.

É difícil, ou mesmo impossível, para o “caipira” de São Luís do Paraitinga enfrentar e deter o avanço do grande capital que se faz representar na produção da monocultura do eucalipto. Mesmo nas áreas mais alcantiladas, montanhosas, da Serra do Mar, onde a mecanização agrícola encontra dificuldade para chegar, encontramos mais plantações de eucalipto.



Figura 18 – Caipira/sertanejo da Serra do Mar.
Foto de Marcelo Toledo, 2009.

O caipira tradicional, matuto, com suas pequenas lavouras de subsistência, ainda cruza as terras altas da Serra do Mar em seus animais de montaria, faz festas para Santos Reis, recebe a Folia do Divino em sua casa, dá janta e pouso e cumpre promessas para São Gonçalo no intuito de se curar de alguma doença. O capelão caipira, dirigente de reza, está acabando. É necessário que se pensem ou repensem estratégias de permanência do morador “caipira” no meio rural. Por falta de apoio

do governo à pequena agricultura familiar, áreas de contato e convívio do caipira/sertanejo hoje viraram reservas transformadas em unidades de conservação, turismo ecológico e, principalmente, a ocupação territorial através das grandes fazendas de produção de eucalipto, agora destituídas dos espaços vitais à sobrevivência física e cultural. O caipira e sua identidade cultural parecem agonizar e morrer lentamente. Organizar, resistir e superar, essa é bandeira. Mas como?

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Cidade, vila e sertão*. In Revista Estudos, n. 3, Taubaté, GEIC/Unitau, 1988 a.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Partilha da vida*. SP: Cabral Editora, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB – USP, 1994.

LOPES, José Rogério; TOLEDO, Marcelo H. S. Migração Mineira no Alto Vale do Paraíba, SP. In: *Anais do XII Simpósio de História do Vale do Paraíba*, São José dos Campos: IEV/UNIVAP, 1994.

MOTTA SOBRINHO, Alves. *A civilização do café*. 3. ed. Editora Brasiliense, 1978.

OLIVEIRA, Adriana. *A folia do divino: experiência e devoção em São Luís do Paraitinga e Lagoinha*. Dissertação de mestrado em Ciência Social. USP/2009.

PETRONE, Pasquale. “A região de São Luís do Paraitinga – estudo de Geografia humana”. In: *Revista brasileira de geografia*, ano XXI, n. 3, 1959.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. “*O catolicismo rústico no Brasil*”. Revista do Instituto de Estudo Brasileiros. São Paulo: Universidade, 1968.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas cidades brasileiras*. 4. ed. Editora Contexto, 1991.

SAIA, Luís; TRINDADE, Jaelson. *São Luís do Paraitinga*. Publicação n. 2, SP: Condephaat, 1977.

SHIRLEY, Robert. *O fim de uma tradição*. SP: Perspectiva, 1977.

TOLEDO, Marcelo Henrique Santos. *Espaços individuais e coletivos de sacralidade nos meios populares: Um estudo sobre imagens conflitos simbólicos e campo religioso*. Dissertação de mestrado, em Ciência da Religião, PUC-SP. 2001.

WILLEMS, Emílio. *Cunha: Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*. SP: Séc. de Agricultura do Estado de São Paulo, 1947.

TEMAS DOS CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – Dr. José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Dra. Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – MS Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Jornalista Sonia Montaña
- N. 04 *Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Dr. Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Profa. Dra. Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Profa. Dra. Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Prof. Dr. Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Profa. Dra. Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Profa. Dra. Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Profa. Dra. Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Prof. Dr. Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Profa. Dra. Débora Kriskche Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Profa. Dra. Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Profa. Dra. Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Profa. Dra. Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Prof. Dr. Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Profa. Dra. Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Profa. Dra. Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – MS Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – Prof. MS José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Prof. Dr. Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – Prof. Dr. André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – Prof. Dr. André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Profa. Dra. Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Prof. Dr. Airton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Prof. Dr. Luiz Mott.
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Prof. Dr. Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – MS Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Profa. Dra. Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Prof. Dr. Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva & Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Prof. Dr. Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Prof. Dr. Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Profa. Dra. Ceres Karam Brum

- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Prof. Dr. Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Prof. Dr. Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Élda Azevedo Hennington & Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais – Prof. Dr. Thomas Kesselring* *Juizados ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Prof. Dr. Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – Profa. Dra. An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convívial* – Prof. Dr. Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Prof. Dr. Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Dra. Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Profa. Dra. Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – MS Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Érico Veríssimo* – Profa. Dra. Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Prof. Dr. Fernando Lang da Silveira e Prof. Dr. Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Prof. Dr. Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Profa. Dra. Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Prof. MS Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Profa. Dra. Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Prof. Dr. Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Prof. Dr. Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Prof. Dr. Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Profa. Dra. Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Prof. Dr. Alfredo Culleton & Prof. Dr. Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Prof. Dr. Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Profa. Dra. Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Prof. Dr. Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Profa. Dra. Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Prof. Dr. Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Prof. Dr. Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Profa. Dra. Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Prof. Dr. Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – MS Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Prof. Dr. Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – MS Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Profa. Dra. Marinês Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – MS Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Dra. Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Prof. Dr. Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes

- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – MS Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Profa. Dra. Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Profa. Dra. Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Prof. Dr. Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Prof. Dr. Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – MS Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Prof. MS Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques & Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral & Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmam
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstoi* – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet & Selma Rodrigues Pettele
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira & Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke & Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge & Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman

- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perrout Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brainer de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche